



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

GRAMÁTICA: NORMAS, DIVERGÊNCIAS E ENSINO (PARTÍCULA SE: ÍNDICE DE INDETERMINAÇÃO OU DE ORAÇÃO SEM SUJEITO?)

Fernanda Félix da Costa Batista - UEPB

Fernanda_p1@hotmail.com

Joseilma Pereira Barros - UEPB

Josybarros_conan@hotmail.com

RESUMO: A gramática foi concebida inicialmente, como uma forma de sistematizar as línguas naturais, devido à suas variações, no entanto, com o passar do tempo ela passou a ditar regras de como falar e escrever bem, passando a elitizar a língua, contrariando o que postulava a princípio. Logo, ela passou a ser tida como um conjunto de normas a serem seguidas pelos falantes, sendo este, o modo “correto” de utilizar a língua, o que contribuiu também para a exclusão das classes sociais que não dominam a norma culta imposta pela Gramática Tradicional (GT). Por outro lado, sabemos que inúmeras exceções fogem às suas regras, fazendo com que gramáticos e linguistas entrem em divergência em suas determinações e afirmações sobre a maneira de conceber a GT e suas contribuições para a compreensão da língua. No presente artigo pretendemos discutir como a gramática tida como tradicional é compreendida e ensinada, demonstrando por meio de uma de suas divergências de classificação e conceituação da análise linguística, em meio à tantas outras, como a gramática é questionável. Utilizaremos, para tanto, as análises classificatórias no que dizem respeito à ocorrência da partícula “se”, em autores como Kury (1999), Cegalla (2000) e Bechara (2010). Refletiremos sobre as problemáticas da própria constituição da gramática e as problemáticas que giram em torno do seu ensino nas escolas.

Palavras chave: Ensino, gramática, partícula “se”.

INTRODUÇÃO

Diante das variedades das línguas naturais a gramática foi criada como uma forma de unificá-las, tornando-as assim, acessíveis para todos. No entanto, se inicialmente a gramática buscava sistematizar a língua falada, atualmente a Gramática Tradicional (GT) prescreve o modo de escrita “correto” e elitista, afastando-se mais e mais da realidade dos falantes. Dessa maneira, na prática ela tem trazido grandes



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

divergências entre a língua escrita e falada, apontando a primeira como a mais correta, e por isso a que deve ser seguida.

Para os pesquisadores da Linguística, muito do que a GT tem como “regra” é refutada, pois há muitas lacunas e exceções, como por exemplo, algumas subdivisões de classes gramaticais baseados em traços morfológicos, sintáticos e semânticos que vêm sendo questionadas. Mas, mesmo diante destas constatações, sabe-se que é necessário estudar gramática e conseqüentemente a língua formal, por ser ela que rege nossa maneira universal de escrever, para que possamos ser compreendidos em qualquer lugar do país, independente das variações existentes. Além disso, o dever de estudá-la persiste por ser ela uma disciplina científica, como qualquer outra estudada na escola.

Mediante nossa pesquisa nas gramáticas de Bechara (2010) e Cunha (2007) e em alguns teóricos como Kury (1999) e Cegalla (2000), restringimos nossa linha de análise das inúmeras problemáticas da GT, à apenas uma questão: analisar o uso da partícula “se”, observando quando é um caso de oração sem sujeito ou quando a oração é um caso de sujeito indeterminado, pois muitos autores divergem nesta diferenciação, e por isso se torna complexa sua categorização.

METODOLOGIA

Visando os novos direcionamentos encontrados para o ensino de Língua Portuguesa, que desconsideram o trabalho com a gramática descontextualizada, enfatizando que o estudo de Língua materna deve partir dos textos, para então abordar as outras vertentes que dizem respeito a disciplina, este artigo traz uma pesquisa teórica, na qual analisa a classificação da partícula “se” nas várias gramáticas normativas estudadas como, Bechara (2010) e Cunha (2007) e ainda, a visão de Perini (2010) sobre as novas visões para o ensino de gramática, buscando entender os casos em que a partícula é considerada um índice de indeterminação do sujeito, ou em alguns casos, a oração em que ela está presente é considerada oração sem sujeito.

Entendendo que o estudo descontextualizado da gramática não está mais em voga, compreendemos que o seu estudo deve partir dos variados textos que circulam na



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

sociedade, no entanto as análises feitas da gramática em si, e de suas classificações possuem ainda grande valor, tendo em vista as falhas encontradas nela, no que diz respeito as suas contradições frequentes. Para um estudo adequado das normas gramaticais entende-se que é preciso partir dos textos, porém ainda assim, as classificações feitas pelas gramáticas devem ser claras, para que seja possível fazer uso delas adequadamente.

Relembramos que, por volta de 1960, deu-se início aos estudos do texto, e essa linha de pesquisa foi denominada Linguística Textual, que busca entender as diversas formas de composição do texto. Além da Linguística Textual, com a diversidade das línguas, houve a necessidade de estruturar a língua de maneira que ela se tornasse unificada, principalmente pelas disparidades entre língua escrita e a língua falada, diante desta necessidade surgiu a gramática como uma forma de organizar a língua escrita a partir da língua falada.

Ultimamente após as mudanças sociais no país e o crescimento da classe elitista, essa ordem parece ter se invertido e a língua falada passou a precisar se adequar a língua escrita. E para quem tem maiores habilidades nessa escrita e fala, a que denominamos formal, terá consequentemente um prestígio social maior. A gramática surge, portanto, como uma forma de unificar a língua do país, assim de forma breve é justificada a existência da gramática normativa.

O que deveria ser algo sólido, em que todos pudessem confiar na hora de escrever, tem se tornado cada vez mais questionável, a partir dos novos estudos, principalmente dos linguistas que trazem princípios lógicos para reformulações de muitas classificações impostas pela GT. No que diz respeito as classes gramaticais, as palavras estão organizadas na gramática, mediante seus traços em comum, porém foi possível perceber inúmeras desordens e fugas das regras, podendo uma mesma palavra assumir funções de várias classes de palavras, como é o caso, por exemplo, das Conjunções.

A gramática normativa tem se tornado cada dia mais alvo de críticas e questionamentos, devido à sua, por muitas vezes, falha classificação de palavras, que



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ora pertencem a uma classe, ora a outra, ou melhor, em determinado contexto funcionam de uma forma, assumindo a função de uma determinada classe de palavras, outras vezes se mantêm em sua classe de origem, por assim dizer. Questões desse tipo são muito estudadas por autores como Perini (2006), ao escrever sobre potencial funcional, ou seja, a capacidade que uma palavra possui de assumir a função de uma palavra que pertence à outra classe de palavras.

É possível ao fragmentar os textos a partir das orações, entender sua composição mais detalhada. São elas, as orações que auxiliam os teóricos em seus estudos, isso porque elas são as partes do texto.

Segundo Cegalla (2000) os termos essenciais da oração são o sujeito e o predicado. Sujeito é o que pretendemos aprofundar aqui, mas antes disso um breve conceito do que tradicionalmente é tido como predicado, para o mesmo autor “predicado é aquilo que se declara do sujeito, ou melhor, é o termo que contém a declaração, referida, em geral, ao sujeito” (p. 295). Sujeito, segundo Kury (1999), é o termo que exprime o ser de quem se diz alguma coisa (*ser*, é algo ou alguma coisa que tenha existência no mundo, sendo animado ou inanimado) algo não especificado pelo autor, mas que qualquer dicionário disponibiliza. O núcleo do sujeito é constituído segundo Cegalla (2000), por um substantivo, pronome ou expressão substantivada.

Além da simples divisão da oração em sujeito e predicado, esses termos também se subdividem: o predicado pode ser classificado ainda com predicado nominal quando o seu núcleo é um substantivo, pronome ou ainda adjetivo que faz referência ao sujeito e é ligado por um verbo de ligação. Outra classificação é o predicado verbal quando tem por núcleo o verbo, seja ele transitivo direto, indireto ou intransitivo; e o predicado verbo-nominal quando possui o núcleo formado por um verbo e por um nome. O sujeito por sua vez, pode ser classificado como sujeito simples, composto, expresso, agente, paciente ou indeterminado.

O sujeito pode ser simples, quando tem somente um núcleo; composto, quando tem mais de um núcleo; expresso, e quando está explícito na oração. Quanto à voz



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

verbal pode ser agente, quando exerce a ação expressa pelo verbo; paciente, quando sofre a ação expressa pelo verbo; agente e paciente, quando faz e recebe a ação expressa pelo verbo.

No entanto, nem todos os tipos de sujeito estão visíveis graficamente nas orações, estes tipos de sujeito são tidos como: sujeito indeterminado e sujeito oculto, há ainda aquelas orações em que não há sujeito. A classificação se determina assim: o sujeito é indeterminado, quando não se indica o agente da ação verbal; oculto, quando está implícito na oração, e que é possível deduzi-lo pelo contexto; e a oração sem sujeito, é constituída somente pela enunciação pura e absoluta de um fato somente, através do predicado, o conteúdo verbal não é atribuído a nenhum ser.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como visto, muitas das críticas voltadas a GT se dá pelo seu grande número de exceções, e estas são questionadas e colocadas em pauta por linguistas e até gramáticos, a que iremos nos restringir diz respeito à partícula “se”.

Sabendo, portanto, das várias funções da partícula “se”, seja como conjunção, pronome pessoal reflexivo, pronome pessoal recíproco, pronome apassivador, pronome indefinido, partícula de realce, entre outras, a proposta aqui não é tratá-lo morfologicamente, mas sintaticamente, ou seja, tentar identificar sua função nas orações, que tem se tornado tão questionável pelos teóricos, principalmente quando se trata das orações e seus termos essenciais. A presença mais constante do “se” é como índice de indeterminação do sujeito, ou quando ele surge nas orações sem sujeito, o que por sua vez tem gerado questionamentos entre os teóricos. Afinal o “se” funciona como índice de indeterminação ou com sua presença a oração torna-se sem sujeito? Vejamos um pouco dessa discussão.

Como colocado anteriormente, por mais que a classificação do sujeito que é termo essencial da oração pareça ser simples e já definida, quando falamos em sujeito indeterminado e oração sem sujeito, ainda há muito a ser discutido, principalmente em



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

relação às formas de identificar esses termos dentro da oração, autores como Kury (1999), Cegalla (2000) e Bechara (2010) podem auxiliar nessa identificação.

Por meio de alguns traços é que se diferenciam esses três tipos de sujeito. O sujeito oculto é determinado pelo contexto, subentendido de acordo com o tempo verbal. O sujeito indeterminado acontece segundo Kury (1999), quando não se pode, ou não se quer indicar o sujeito da oração, no qual segundo as gramáticas tradicionais existem três indícios de como identificá-lo. O primeiro indício é quando o verbo se encontra na terceira pessoa do plural (primeira e segunda pessoas não são possibilidades de indeterminação do sujeito), mas que não há nenhum substantivo, pronome ou expressão substantivada o conjugando. Segundo Cegalla (2000) a segunda maneira que se identifica o sujeito indeterminado é quando a oração contém o verbo no infinitivo impessoal ou também segundo a Gramática Escolar de Bechara (2010), quando o verbo se encontra na terceira pessoa do singular com valor semântico da terceira pessoa do plural, o que é confuso no primeiro momento e também discutido por alguns teóricos. O terceiro indício é mais complexo de se analisar, a maioria dos autores alegam que é um caso de sujeito indeterminado aquele em que o verbo está na terceira pessoa do singular acompanhado do pronome 'se', e não há na oração nenhuma expressão para exprimir o sujeito.

Assim segundo Bechara (2010) “Divergem os autores na classificação deste tipo de indeterminação com o pronome se; para uns, trata-se de oração de sujeito indeterminado, para outros de oração sem sujeito”. (p.21). Segundo Kury:

“Para outros autores, como Mattoso Camara Jr., trata-se de um caso de ORAÇÃO SEM SUJEITO, numa construção passiva impessoal, sendo o *se* pronome apassivador.(...) Embora didaticamente seja aconselhável a análise como sujeito indeterminado, frases há em que a construção com pronome *se* é sem dúvida um caso de oração sem sujeito, como as orações com *tratar-se de*.” (KURY, 1999, p. 23)

O pronome 'se' indica além de construções de sujeito indeterminado, orações sem sujeito, voz passiva pronominal (quando com verbos transitivos diretos em orações



providas de sujeito) e voz reflexiva. E segundo Kury (1999), passou-se a usar este pronome com todos os tipos de verbos principais.

No entanto, é mais complexa a diferença entre oração sem sujeito e sujeito indeterminado que comportam em sua estrutura o pronome 'se'. Alguns estudiosos não consideram o *se* como indicador de indeterminação, mas somente como constituinte de oração sem sujeito. Percebemos que a categorização em que o tipo de estrutura com o *se* está inserido, se dá a partir do sentido expresso pelo verbo. Quando nenhum ser irá exercer a função expressa pelo verbo se diz que é uma oração sem sujeito, mas quando algum ser mesmo que indefinido poderá exercer a função expressa pelo verbo é um caso de sujeito indeterminado.

Para boa parte dos gramáticos, os termos essenciais da oração são o sujeito e o predicado. Algo que é essencial é algo que não pode faltar em determinado lugar. Sendo assim, estes não consideram as orações que não tem sujeito, as orações que tem sujeito indeterminado ou as orações que tem sujeito oculto.

O ENSINO DE GRAMÁTICA: UMA QUESTÃO A SER DISCUTIDA

Os problemas que são discutidos pelos teóricos produzem reflexos na sala de aula, tanto em relação aos professores, por ensinarem apenas conteúdos e classes gramaticais descontextualizadas, com nos alunos que devido à falta de conhecimento crítico dos professores em relação à gramática não são capazes de refletir sobre seus usos e suas regras que não funcionam adequadamente.

A maior defasagem em relação à gramática está também na forma como esta é ensinada nas escolas, uma gramática que já está pronta no livro didático, e que leva o professor acomodado apenas a repassar o que já está posto, constituindo um ciclo vicioso, que leva o aluno a também enxergar a gramática com algo pronto, que não é passível de questionamentos. Geralmente, na maior parte do tempo as aulas são voltadas as regras gramaticais, que se tornam enfadonhas e cansativas, demonstradas por meio de frases soltas e descontextualizadas, que se encaixam perfeitamente nas descrições das



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

regras, como se a língua e o seu uso se resumissem a frases prontas. É o que afirma Perini (2010),

A aula típica de gramática não comporta perguntas embaraçosas, referentes à “comos e porquês” que não constam no livro adotado. O professor nunca precisa justificar a análise que ensina, tem apenas que reproduzi-la tal como encontrou na bibliografia. O resultado é que nas aulas de gramática não se aprende gramática, nem se quer se estuda gramática. (p.34)

Essa problemática no ensino é reflexo também do que costumeiramente é feito nas gramáticas, exemplos descontextualizados que em sua maioria apresenta frases curtas que em nada acrescentam para o aprendizado do aluno. O que teoricamente é adequado para o ensino com a gramática é ensina-la a partir de textos, para que o aluno seja capaz de identificar a função de determinada classe de palavras atuando de forma verdadeira em um dado contexto, que tem uma função maior do que parece quando é colocada apenas em frases curtas descontextualizadas.

Durante as atividades elaboradas para as aulas com ênfase na gramática é necessário que os alunos leiam o texto proposto, pensando no gênero textual como uma forma pela qual o texto ganha forma e função, ou seja, se torna ativo na sociedade como é indicado pelos PCN's (2001). Após a leitura do gênero o aluno deve ser levado a refletir sobre os possíveis sentidos que o texto pode transmitir e as estratégias utilizadas pelo escritor para produzir tais sentidos.

CONCLUSÕES

Pudemos perceber como as problemáticas estão presentes na própria constituição da gramática, em que a aparente descrição, que nos dias atuais se tornou mais prescrição, tem falhas. Muitas regras são logicamente e constantemente refutadas pelos novos estudos e o processo de modificação e reformulação das gramáticas acontecem de forma substancialmente lenta, não acompanhando o ritmo de mudança da língua, o que



torna as gramáticas tidas como tradicionais e comumente utilizadas nas escolas, cada vez com menos credibilidade.

Como vimos, ainda há muito a ser discutido sobre o ensino de gramática na escola, que também é questionado e também contém muitas falhas. No entanto, faz-se necessário que o professor assuma uma dada postura em relação à GT, mostrando aos alunos que, apesar de sua proposta inicial de apenas sistematizar a língua e organizá-la para que os falantes possam usá-la de forma adequada, ela não é inquestionável, pelo contrário, o professor deve levar o aluno a refletir sobre sua língua, afinal ele faz uso dela diariamente, quase sem perceber.

As problemáticas que envolvem o ensino de língua são muitas, no entanto, é consensual que devemos procurar a melhor abordagem possível, buscando desvincular o trabalho com a gramática do ensino mecanizado, com exemplificações de frases soltas e descontextualizadas. Desse modo, aliando os vários aspectos que envolvem o trabalho com os textos nos nossos métodos de ensino aprendizagem da gramática.

Muitos professores optam por reproduzir as regras gramaticais da maneira como ela está organizada e sistematizada, por outro lado, a perspectiva funcional de Perini (2010) traz uma classificação que considera justamente, essa falha na classificação, ao assumir o potencial funcional como uma maneira de classificar as palavras partindo da função exercida por ela em determinado contexto. E como vimos, não só há problemas no que diz respeito às classes de palavras, mas às muitas questões relacionadas às mais variadas esferas classificatórias da gramática.

É, portanto, numa perspectiva funcional que a gramática deve ser concebida na sala de aula, deixando de lado os padrões que não existem verdadeiramente, e passando a entendê-la em seu uso. O que pode ser feito adequadamente, nas leituras, produções e discussões de texto, que outros teóricos costumam se aprofundar, mas por enquanto, ficará para outras discussões.

REFERÊNCIAS



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 38. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BECHARA, Evanildo. Sujeito e predicado. **In: Gramática escolar da língua portuguesa**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2010. (p.20 – 21)

CEGALLA, Domingos Paschoal. Análise sintática. **In: Novíssima gramática**. São Paulo: Editora nacional, 2000.

CUNHA, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

KURY, Adriano da Gama. **Novas lições de análise sintática**. 38. Ed. São Paulo: Ática, 1999.

Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa/ Ministério da Educação. Secretária da Educação Fundamental. – 3ed. – Brasília: A Secretaria, 2001.

PERINI, Mário A. Para que estudar gramática. **In: Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

PERINI, Mário A. **Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.